



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Impresso
Especial

665/2001-DR/BSB
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério

Público da União no DF - Ano XIV - Nº 26 - Agosto de 2005

15
1990

Começar de novo a história de três mulheres na retomada de suas vidas

Págs. 5, 6 e 7

O pesadelo nuclear
Págs. 14 e 15

A importância da adoção
Págs. 16, 17 e 18

Claúdio Abramo - Entrevista
Págs. 19, 20 e 21



O Brasil vai sair dessa porque essa não é a do Brasil.

Respeito acima de tudo.

Coragem para assumir erros e virar a página;

Ousadia para detectar e isolar os equívocos dos desvios;

Nobreza para escapar das armadilhas;

Sinceridade para fugir dos truques;

Transparência para não cair na artimanha;

Liberdade para não se dobrar ao jugo do jogo sujo;

Serenidade para perceber as diferenças;

Equilíbrio para julgar sem a emoção precipitada;

Lucidez para separar os que devem ficar pelo caminho
e os que têm a honra de continuar a construção.

Sair dessa, mais fortes. Pelo fortalecimento democrático.

Pela investigação profunda. Pela soberania da justiça.

Essa não é a nossa. Temos muito o que construir.

SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900 – Brasília – DF
PABX (61) 3224 - 9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores gerais

Ana Paula Cusinato (MPDFT)
 Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
 Wilson Batista de Araújo (TRE)

Coordenadores de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)
 Cleodo de Oliveira Vieira (TRT)
 Edilson Franklin Medeiros (TST)

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Antônio Francisco Machado Costa (MPM)
 Jailton Mangueira Assis (TJDFT)
 Sheilla Tinoco Oliveira Fonseca (TJDFT)

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Ademário Oliveira Nogueira Filho (TJDFT)
 Nilton José Cordeiro Monteiro (TJDFT)
 Thayanne Fonseca Pirangi Soares (TSE)

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
 Valdir Nunes Ferreira (MPF)
 Welton Ferreira Damasceno (TJDFT)

Redator responsável

TT Catalão
 Reg. Prof. 685-DF

Assistente

Cynthia de Lacerda Borges

Revisora

Ana Paula Cusinato

Projeto Gráfico

Extrema Comunicação - 3033-5255

Tiragem

10.000 exemplares

Não nos abatamos

O Estatuto do Sindjus define que entre as suas "finalidades precípua" estão a luta pela melhoria das condições de vida e trabalho de seus representados, a defesa da independência e a autonomia sindical e a defesa das instituições democráticas e populares brasileiras. É por essa razão que sempre defendemos a necessidade de transformações sociais, entendendo que não pode haver justiça onde impera a desigualdade social, a miséria e a violência.

Foi também esse o motivo pelo qual, desde o início, denunciámos que o atual governo aprofundou, no que tem de pior, a política econômica definida pelo governo FHC. E que, assim, afastou-se dos compromissos que assumiu com o movimento popular de promover mudanças e justiça social.

As opções do governo não foram de aproximação ao movimento social organizado, sua natural base de apoio. Ao contrário, definiu-se pela blindagem da política econômica recessiva, de altos juros, aliando-se com os setores do capital financeiro e partidos oportunistas e fisiológicos. São os pilares dessas alianças com a direita corrupta que agora estão ruindo na dramática crise política que o País enfrenta.

Na luta por Justiça, nós sabemos quem são nossos verdadeiros adversários. Até por isso, os crimes de corrupção são ainda mais graves, porque desviam as atenções dos maiores e mais importantes problemas do País. Neste momento, nossa tarefa será duplicada, pois temos que cerrar fileiras com aqueles que querem, verdadeiramente, combater a corrupção, e não com aqueles corruptos comprovados que utilizam os escândalos para confundir a opinião pública e despolitizar o debate das questões realmente relevantes para o futuro do País.

Temos que intensificar nossa luta contra as desigualdades sociais e temos também que lutar contra a desilusão que toma conta de grande parcela da população que acompanha os depoimentos das CPIs, transformados numa espécie de "big brother" político. A espetacularização dessas CPIs tem o efeito de mostrar que o exercício da política não tem qualquer nobreza. A mídia do escândalo - financiada exatamente pelos setores que apóiam o atual modelo econômico financista - procura mostrar que os políticos brasileiros, sem exceção, teriam uma deformação histórico-cultural. E que, portanto, não haveria alternativas no campo político-eleitoral. O resultado disso pode ser trágico!

A decepção de hoje não pode soterrar as nossas utopias. Está na hora de refundar as bases de nossas esperanças, de renovar as lutas em favor de um País de justiça social. Particularmente, nossa categoria não deve se abater nem cair na depressão política, como se os tropeços do atual governo fossem o fim da História.

O povo brasileiro e o Brasil são muito maiores do que a atual crise. Está na hora de gritar "cadeia para os corruptos", não há dúvida. Mas está também na hora de bradar que a luta continua! ■



José Geraldo de Souza Junior

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

Comércio de armas e cultura de paz: dilemas de um referendo

O Congresso Nacional estabeleceu a realização, em 23 de outubro de 2005, de referendo popular, previsto no Estatuto do Desarmamento, como instrumento de consulta democrática, para que a população, com o voto obrigatório dos eleitores, decida se é ou não favorável à "proibição da comercialização de armas de fogo, acessórios e munições".

"A letalidade consequente ao comércio de armas, diferentemente do que sucede no comércio de drogas, conduz a uma atividade que pode considerar-se "com vítima", porque não se trata apenas de autodestruição física ou moral, que não afronta a tutela penal. "

Pela primeira vez um referendo, instrumento democrático de participação direta por meio do qual o eleitorado aprova um ato legislativo ou de governo, será exercitado no Brasil e, no mundo, sobre este assunto.

Essa manifestação completa um processo iniciado pelo governo do presidente Lula sob a forma de uma clara política de desarmamento e controle de armas de fogo, cujas dimensões mais visíveis foram exatamente a aprovação legislativa do Estatuto do Desarmamento e a implementação de uma Campanha Nacional de Desarmamento, coordenada pelo Ministério da Justiça.

Com o Estatuto do Desarmamento, procura-se estabelecer mecanismos de restrição à posse de armas tanto para os cidadãos como para policiais e militares; controle de armas de fogo com a centralização dos registros e portes e de munições. Com a Campanha, busca-se a adesão da população para os fundamentos morais dessa política, voltados para o desenvolvimento de uma cultura de paz.

A meta inicial da Campanha era a de recolher e destruir 80 mil armas em seis meses. A forte mobilização, estimulada pelos meios de comunicação, por organizações da sociedade civil e por organizações governamentais e não-governamentais, logo ultrapassou a meta inicial, levando à prorrogação da Campanha até o dia do referendo. Faltando 3 meses para o referendo, já foram

recolhidas mais de 370 mil armas.

Duas frentes parlamentares antagônicas se formaram: a Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas pretende mobilizar a opinião pública pelo voto "sim" à pergunta proposta pelo referendo; e, em sentido oposto, com a mobilização pelo voto "não", constituiu-se a Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa.

Alguns dados, tendo como fonte o Ministério da Justiça, motivam a posição contrária à comercialização de armas de fogo: o Brasil gasta cerca de R\$ 41 milhões por ano com pessoas feridas por arma de fogo; um terço das pessoas hospitalizadas com lesões por arma de fogo deram entrada por uso acidental da arma; cerca de cem brasileiros morrem por dia vítimas de disparo de arma de fogo (só a Campanha de Desarmamento já reduziu em 15% as internações hospitalares por arma de fogo); 65% das condenações em júri recaem sobre réus primários, apontando para uma violência das relações do cotidiano e não para uma violência provocada pela criminalidade organizada.

Por sua vez, os defensores do comércio de armas de fogo apóiam a sua posição no direito de escolha do cidadão de auto-defender-se, especialmente numa sociedade mal estruturada em que a segurança pública é precária. Em tal contexto, enquanto o cidadão se desarma, os criminosos têm acesso a ar-

mas de fogo no comércio ilegal, principalmente, no contrabando.

São estes os dilemas do referendo. Contudo, no que diz respeito ao ceticismo relativo a medidas que impliquem restrição de fabricação e de comércio, a desconfiança não procede do mesmo fundamento que inspirou críticas a proibições a exemplo da "lei seca" ou de outros tipos de tóxicos, cuja demanda sempre estimula, como dizia o velho professor Roberto Lyra Filho, "o engenho criminoso a forjar meios e modos para contornar a ação repressora". A letalidade consequente ao comércio de armas, diferentemente do que sucede no comércio de drogas, conduz a uma atividade que pode considerar-se "com vítima", porque não se trata apenas de autodestruição física ou moral, que não afronta a tutela penal. Por isso mesmo, nos Estados Unidos, hoje, juízes têm condenado como co-autor de homicídio o fabricante que põe à disposição do mercado armas cuja letalidade exceda a auto-defesa razoável.

Essa é uma questão que se coloca na perspectiva ética que busca desenvolver e aperfeiçoar sistemas alternativos de produção, fundados em concepções de comércio justo, que reclamam regimes jurídicos especiais para atribuir condições justas às suas práticas, inspiradas em movimentos que se põem contra toda forma de mercadorização da vida social. ■

A segunda vida das mulheres

Por José Silva Jr.

A segunda vida das mulheres" é o título do mais novo livro da escritora francesa Christiane Collange, lançado em março, na França. Segundo a escritora, com o aumento da expectativa de vida entre as mulheres é possível afirmar que, aos 45 anos, se pode ter ainda a metade da vida pela frente. Christiane Collange foi entrevistada pela revista Cláudia, edição de julho, e inspirou uma pequena pesquisa entre as filiadas ao Sindjus que se aposentaram da vida profissional, mas continuam muito ativas. E que descobriram o prazer de fazer coisas por opção e não por obrigação. Você vai conhecer agora o que três mulheres fazem com o tempo extra que conquistaram.

Até os 44 anos, Helena Carmo de Moraes não tinha nenhum contato com tinta. Salvo quando era preciso trocar o cartucho da impressora do computador com que trabalhava como técnico administrativo do Ministério Público. Até que, em 1992, uma "perda" mudaria para sempre a história dessa filiada. Naquele ano, Helena se aposentaria. "Fiquei em depressão depois que me aposentei", lembra.

Helena fez de tudo para preencher o tempo vago, que lhe consumia o bom-humor, o interesse pela vida. Foi voluntária numa instituição de caridade, ajudando pessoas que não tiveram a mesma "sorte": conseguir

se aposentar. Mas foi numa exposição no Centro de Convenções Ulysses Guimarães que ela descobriu o sentido que, desde então, faltava para a sua vida. Foi com as mesmas mãos que usava para digitar que Helena descobriu sua vocação para a pintura.

A vontade era grande, mas a tarefa que arranjaram para ela no bazar no Centro de Convenções era ingrata e pouco prazerosa. Colar recortes de tecido nas embalagens para presente. "Achei que era muito melhor pintar. Então, comecei a fazê-lo. Ficaram ótimas as primeiras peças. Desde esse dia, nunca mais parei de pintar", conta.

Não só continuou como também se mostra uma ótima artista plástica. A cada ano de dedicação ao *hobby*, Helena se aperfeiçoa mais. A prova de sua vocação para a arte veio com a sucessão de convites para expor seus trabalhos. Quem quiser conferir, pode visitá-la todas as segundas e quartas-feiras no ateliê do amigo e instrutor Marcos Lopes, também artista plástico, que fica no subsolo do Shopping Boulevard, no Conic, sempre das 14h às 16h.

Este ano, Helena tem convites para expor em outros shoppings e no Café com Letras. Sua agenda está cheia, garante a artista. De quebra, a nova ocupação - se é que podemos chamá-la assim - ainda lhe rende alguns dividendos. Por enquanto, seu quadro mais valioso custou a um admirador R\$ 800. "O aposentado não pode pensar que



Foto: GLAUBER FERNANDES - Planet Photo

HELENA DE MORAES, TEMPO PARA DESCOBRIR A VOCAÇÃO

a aposentadoria é o fim. Tem que arranjar alguma coisa para satisfazê-lo", ensina a mulher que encontra no ofício da pintura paz, tranquilidade. "Não tenho hora para pintar. Em casa, passo horas pintando".

Lélia dispensou uma aposentadoria tranqüila no campo para se dedicar a um projeto social na cidade onde mora. Aos 67 anos, Lélia Maria Tinoco de Oliveira não pensa em descansar.

Ao contrário, está mais ativa que nunca. Há dez anos aposentada do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, onde trabalhou como analista judicial, usa seu tempo livre para exercer o papel fundamental de psicóloga numa instituição não-governamental em Taguatinga. Lélia é um exemplo de que a aposentaria não significa uma perda. "É um grande erro pensar assim. A vida é sempre ativa. Faça algo que vai de

acordo com o meu interesse: trabalhar em propósito de promoção integral do ser", frisa.

O exemplo de Lélia é o resultado da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, que agora provoca mudanças na vida da população idosa feminina. A opção de Lélia ilustra bem isso. Dividida entre os deveres de casa, que inclui a paparicação aos oito netos e viagens rotineiras para a fazenda visitar o marido aposentado, ela ainda encontra tempo para orientar futuras mães carentes na Soci-

idade de Divulgação Espírita Auta de Souza, na QSD 16.

A Auta de Souza é uma instituição despojada de ajuda governamental, mas recheada de boas intenções. Conhecida também como Lar de Maria, a ONG atende mulheres gestantes vítimas de agressão física praticada por maridos, tentativa de suicídio e aborto. São os chamados casos de alto risco. As futuras mães são encaminhadas pelo Centro de Desenvolvimento Social (CDS) das administrações, Delegacia da Mu-

lher e hospitais regionais. Quando chegam à Casa de Maria, estão psicologicamente traumatizadas. É aí que entre o serviço voluntário de Lélia. "O meu papel é melhorar a auto-estima de minhas pacientes. Eu já fazia isso antes. Aposentada, tenho mais tempo de me dedicar a esse trabalho", vangloria-se.

Segundo Lélia, pelo seu consultório já passaram mais de 900 mulheres. Cada uma com um problema diferente do outro. Entre os casos que mais chamam a sua atenção está o da menina PNS. Aos 15 anos, ela já é mãe. Engravidou do filho de seu patrão numa casa em Samambaia, onde trabalhava como empregada doméstica. "Nem ele nem o meu patrão quis assumir meu filho. Então fiquei na rua porque para a casa da minha mãe não dava para eu ir. Ela é alcoólatra e, de vez em quando, queria me agredir. Então, pedi para o juiz me mandar para aqui, onde já estive outras vezes", contou a garota, que chegou em maio deste ano. "É um caso muito especial, em que estou trabalhando muito", diagnosticou a psicóloga Lélia.

divíduos, pois não só coincide, para muitos, com a percepção do envelhecimento, bem como é também um marco de mudança na dinâmica da família, o que implica em novos hábitos na vida daquele que está se aposentando.

É notório que é mais fácil para a maioria das mulheres seguir em frente, pois normalmente aprendeu a diversificar seus papéis. Para o homem a redefinição do tempo é mais severa. Esse período pode ser caracterizado como grande fase da possibilidade do lazer, da realização pessoal e do investimento em si próprio, mas a maneira como cada um irá lidar com os novos acontecimentos vai depender, entre outros aspectos, do seu autoconceito e de sua auto-estima. A solidão é uma grande ameaça para o aposentado. Por isso, é preciso que ele se sinta valorizado. Uma das melhores maneiras de fazer com que isso ocorra é justamente o que Lélia e outras mulheres estão fazendo. Preencher o tempo com a realização de antigos sonhos é um bom começo.

Câncer - Em julho de 1998, Maria de Lourdes Montes, então com 40 anos, recebeu aposentadoria especial depois que seus exames constataram que ela tinha câncer de mama. Foram anos de batalha até que ela conseguiu vencer a doença. Nova ainda para qualquer trabalho, Lurdinha, como era carinhosamente chamada pelos amigos do tempo em que trabalhava como analista judiciário do Tribunal Regional Federal, teve de vencer outra luta: a desocupação. "Comecei a me sentir muito vazia depois que o tratamento acabou", lembra.

Adaptação - A aposentadoria consiste na brusca passagem de um tempo contratado e preparado para um tempo livre e pode resultar numa verdadeira desorientação temporal. Ela requer um condicionamento mental e social, que a grande maioria das pessoas não possui. É uma etapa importante na vida dos in-



LÉLIA TINOCO, APOSENTADA, PRESTA SERVIÇO VOLUNTÁRIO NO CENTRO ESPÍRITA AUTA DE SOUZA COM ASSISTENCIADOS DO CENTRO

Ela diz que procurou o departamento Pró-Social, que cuida da parte médica e psicológica dos servidores aposentados do TRF. Lá, conheceu o Programa de Gestão em Qualidade de Vida no Trabalho (PGQVT), onde montou uma cartilha que ensina a pessoa a se preparar para quando a aposentadoria chegar. Entre várias atividades que desempenha hoje, ajuda a coordenar o programa. Entre as principais, ensina o servidor aposentado a ocupar o tempo vago. "Estamos sempre fazendo alguma coisa para colocar a pessoa em atividade", explica.

Mas o que mais enche seus olhos de brilho é o papel de conciliadora na Justiça Federal, onde trabalhava uma vez por

semana, das 14h em diante. Tem dia, diz ela, que chega a participar de quatro audiências. "Isso me dá um grande prazer porque consigo ajudar os menos favorecidos", enfatiza.

O papel dela na Justiça Federal é o de evitar que ações indenizatórias se transformem em perdurados processos. Lurdinha afirma: "tem dado certo. Quase sempre tenho êxito. No mês passado, impedi que o processo que um homem movia contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) chegasse ao juiz. O acordo saiu ali mesmo, da minha audiência. Foi muito gratificante", emociona-se.

Mas isso não é tudo que essa ex-servidora do TRF produz durante seu tempo livre. Uma vez

no mês, ela vai ao Hospital Universitário de Brasília (HUB) visitar pacientes com câncer. O caráter da visita é puramente de um depoimento de alguém que, com muito empenho e vontade de viver, venceu essa temida doença, que assola populações afora.

Lurdinha pensa ainda em escrever um livro com as histórias das viagens que fez com outros aposentados, todas anotadas em seu diário. "É uma ilusão pensar em descansar quando chega a aposentadoria. As pessoas têm que se preparar para quando ela chegar saber o que fazer com o tempo livre", ensina. ■



Foto: GLAUBER FERNANDES - Planet Photo

MARIA DE LOURDES, CONCILIADORA VOLUNTÁRIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

Sindjus inova com atendimento jurídico mais ágil e eficiente

Hylda Cavalcanti

A crescente demanda dos associados por assistência jurídica levou o Sindjus a implantar, desde o início de agosto, um novo serviço de atendimento nesse setor. O sindicato chegou a atender, no ano passado, cerca de 3.500 pessoas com pedidos relacionados a questões judiciais, como consultas a advogados e esclarecimentos de dúvidas via e-mail e telefone. Com isso, a direção sentiu a necessidade de inovar os procedimentos para esse tipo de serviço.

O novo sistema consiste num serviço jurídico específico para atender os filiados. O suporte é dado para as causas administrativas e particulares, relaciona-

das às áreas cível, criminal e de família. Para sua boa realização, está sendo mantida uma equipe permanente de advogados na sede do sindicato, com o horário de atendimento ampliado e disponibilização de uma central telefônica específica para o serviço. O atendimento pela Internet continua sendo feito. Basta preencher o formulário na *home page* do Sindjus. Esse formulário também foi reformulado para facilitar o acesso.

O serviço de atendimento jurídico ampliado, embora com pouco tempo de implantação, já chamou a atenção de nossos filiados, como o funcionário do Tribunal Regional Federal (TRF), Gilson Martins. Martins contou que já procurou outras vezes o atendimento jurídico do sindicato e, agora, voltou utilizá-lo. Em sua opinião, a novidade vai facilitar bastante a vida dos sindicalizados ao Sindjus, que sentiam essa necessidade de acompanhar de perto o andamento dos casos. "Com uma equipe pronta para nos atender, a qualquer hora, ficou bem mais fácil" - afirmou Gilson Martins, o primeiro associado a consultar os advogados pelo novo sistema.

O objetivo do Sindjus, com a modernização do atendimento, é prestar um serviço jurídico mais rápido, ágil e eficiente. Para isso, além de aumentar a equipe de advogados, também ampliou o horário de atendimento e facilitou o monitoramento dos associados aos seus processos, que pode ser feito via Internet e central telefônica específica.



Foto: GLAUBER FERNANDES - Planet Photo

ADVOGADO IBANEIS ROCHA ATENDE MARIA SOCORRO LOPES DO TJDF

A expectativa dos dirigentes é que, com os novos procedimentos, as demandas sejam ampliadas. Uma vez que, para se ter uma idéia, em três dias de funcionamento, praticamente triplicou o número de procura por parte de filiados. Foram 22 telefonemas, entre segunda e quarta-feira, que resultaram em 14 consultas junto aos advogados. Antes, a média observada era de quatro chamadas por dia.

"O serviço tem despertado a atenção de filiados lotados em outros Estados. Tanto que recebemos um telefonema de Aracaju (SE), em que o solicitante disse que estava procurando o Sindjus por ter tido conhecimento desse tipo de trabalho", afirmou Renato Borges, um dos advogados, ao comentar a inovação. Segundo Borges, atualmente, a maior parte das demandas é por orientação nas áreas Administrativa e Cível.

Monitoramento - O serviço de assessoria jurídica é for-

mado por uma equipe de dez pessoas, entre advogados e estagiários. Um segundo grupo está responsável pelo acompanhamento de cada causa, num sistema que funcionará como uma espécie de controle das solicitações feitas ao sindicato - por meio de entrega de protocolo contendo número do processo, nome da pessoa que atendeu o filiado e o tempo previsto para a demanda ser atendida. Outra equipe ficará responsável, via central telefônica, pelo atendimento dos sindicalizados, para agendar horários com os advogados, responder a consultas sobre o andamento de cada caso e tirar possíveis dúvidas. Os associados também poderão receber informações por e-mail sobre o andamento de seus processos.

Os agendamentos estão sendo realizados de acordo com o assunto a ser tratado. Para as consultas sobre questões funcionais, as marcações estão sendo feitas para as segundas, quartas e sextas-feiras, pela manhã, e terças e quintas-feiras, à tar-

"Em três dias de funcionamento, praticamente triplicou o número de procura por parte de filiados. Foram 22 telefonemas, entre segunda e quarta-feira, que resultaram em 14 consultas junto aos advogados. Antes, a média observada era de quatro chamadas por dia".

de. Já as questões particulares poderão ser tratadas às terças e quintas-feiras, pela manhã, e às quartas-feiras, à tarde. A divisão de horários busca dar maior mobilidade de tempo aos colegas, o que garantirá o acesso de todos.

Além da ampliação, equipe exclusiva - O serviço de atendimento jurídico aos filiados do Sindjus, que está sendo ampliado e modernizado, na verdade já existia. Antes, porém, o atendimento era feito por uma empresa de advocacia que atendia ao sindicato e, também, demandas de outros clientes. A nova equipe está atuando no próprio sindicato e atenderá exclusivamente aos nossos associados, o que permite prioridade total às causas apresentadas.

Outra novidade é que nos casos de processos particulares, os associados tinham que procurar escritórios conveniados ao Sindjus, que faziam o atendimento mediante descontos na tabela da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Com o novo sistema, os filiados também poderão ser atendidos para tratar de seus processos particulares, bastando apenas fazer o pagamento das custas processuais. Já no caso dos processos administrativos, não precisarão pagar nada.

O trabalho, de acordo com o coordenador geral do sindicato, Roberto Policarpo Fagundes, visa dar suporte especializado aos sindicalizados, proporcionando um serviço mais rápido e de melhor qualidade. "Pretendemos prestar mais e melhores serviços aos nossos filiados", afirma Policarpo. Até porque, segundo ele, as ações administrativas movidas pelos servidores do Judiciário e do Ministério Público necessitam de uma assessoria mais especializada.

Principais atendimentos jurídicos do Sindjus

Ações judiciais coletivas – Sindjus como substituto processual

ASSUNTO	QUANTIDADE
Reajuste de 10,87%	64
Correção tabela de imposto de renda	23
Isenção de PSSS sobre gratificações	31
Isenção de Imposto de Renda sobre terço constitucional	05
Isenção de PSSS sobre função comissionada	55
Pagamento da FC cumulada com o vencimento – 100% FC	34
Reajuste anual – data-base servidores públicos	03
Incorporação de quintos	36
Correção monetária PIS/PASEP	03
Supressão dos 28%	07
Juros e correção monetária de 11,98%	02
OUTROS	33
TOTAL	301

Ações judiciais individuais e plúrimas

ASSUNTO	QUANTIDADE
Correção do saldo do FGTS – Planos Verão e Collor (89/90)	107
Reenquadramento funcional	53
Adicional de insalubridade	11
11,98%	109
Reajuste de 10,87%	51
OUTROS	68
TOTAL	309

Processos Administrativos

Diversos assuntos: **244**

TOTAL GERAL: **854**

Horário de atendimento do novo serviço

Questões funcionais	Manhãs das segundas, quartas e sextas-feiras e tardes das terças e quintas-feiras
Questões particulares	Tardes das segundas, quartas e sextas-feiras e manhãs das terças e quintas-feiras.

TELEFONE

Para marcar horário com um de nossos advogados, basta ligar para o seguinte telefone - **(61) 3224-9392**. O serviço também é oferecido em nosso site: www.sindjusdf.org.br.



PRIMEIRA REUNIAO DA COMISSAO JULGADORA DO PRÊMIO NOVAS IDÉIAS PARA A JUSTIÇA

Concurso Novas Idéias para a Justiça

“Cada participante tem direito de participar em apenas uma categoria e uma modalidade, bem como respeitar os limites de cada trabalho, estabelecidos da seguinte forma: monografias, de 30 a 50 páginas; projetos, até 15 páginas; e propostas, até cinco páginas.”

O ferecer condições para melhorar o sistema Judiciário é a meta do “Prêmio Novas Idéias para a Justiça”, que selecionará os dois melhores trabalhos, em cada modalidade, sobre democratização do acesso, modernização da gestão e ampliação da qualidade e da participação popular na realização da Justiça. O concurso, uma iniciativa do Sindjus-DF, vai distribuir um total de R\$ 95 mil em prêmios.

As inscrições vão até o dia 30 de setembro e estão abertas a todos os servidores do Poder Judiciário, Ministério Público da União e a sociedade em geral. De acordo com o regulamento, os trabalhos deverão abordar os temas do concurso nas seguin-

tes modalidades: monografia, projeto e proposta. Cada participante tem direito de participar em apenas uma categoria e uma modalidade, bem como respeitar os limites de cada trabalho, estabelecidos da seguinte forma: monografias, de 30 a 50 páginas; projetos, até 15 páginas; e propostas, até cinco páginas.

A primeira reunião para debater o prêmio, no dia 7 de julho, foi realizada na sede do sindicato. Foi constituída uma comissão julgadora, composta por representantes de entidades de relevância nacional. Compõem a comissão: Hugo Filho, da Associação Nacional dos Magistrados (Anamatra); Nilton Correia, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Carlos Ferreira, da Federação Nacional dos Trabalhado-

res do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, (Fenajufe); Bistra Apostolova, da Universidade de Brasília (UnB); Daniel Seidel, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e Roberto Policarpo, do Sindjus.

A comissão julgadora fará a avaliação dos trabalhos, seguindo os seguintes critérios: consistência do texto e pertinência da proposta, que deve demonstrar condições para a implantação; abordagem social, considerando a ligação entre o conhecimento científico e tecnológico e os problemas sociais, culturais, econômicos e ambientais; a criatividade, juntamente com o ineditismo da proposta; a capacidade de mobilização social; e a qualidade do próprio texto.

Descoberta de novos talentos



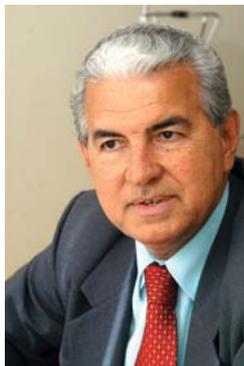
CARLOS ANTONIO, FENAJUFE

"A iniciativa do Sindjus de promover um evento desse porte é de suma importância para valorizar o trabalho dos servidores, despertar novos talentos e apresentar sugestões que possam melhorar o atendimento à população de maneira geral. Mais do que nunca é o povo quem recorre à Justiça, que precisa dessas idéias", destaca Carlos Antônio Ferreira, da Fenajufe.



DANIEL SEIDEL, CNBB

O representante da CNBB, Daniel Seidel, comemorou a iniciativa do Sindjus. Para ele, o Prêmio vem ao encontro das aspirações da sociedade, no sentido de proporcionar mais acesso à Justiça. "A atitude do Sindjus facilitará uma reflexão sobre o assunto, voltada para a prática concreta da atuação do Judiciário".



NILTON CORREA, OAB

"Além de abrir as portas para o surgimento de novos talentos, o concurso visa também identificar problemas e estimular a discussão de propostas de ações para a modernização do Poder Judiciário e Ministério Público. Visa ainda encontrar saídas que contribuam para a construção de imagem positiva do setor junto à sociedade", afirma Nilton Correa.



PROFESSORA BISTRA, UNB

Para a professora de Direito UnB, Bistra Apostolova, os temas abordados fortalecem as instituições públicas e contam com apoio do Supremo Tribunal Federal (STF), Banco do Brasil e Tribunal Superior do Trabalho (TST): "Acho de extrema importância um concurso para discutir vias que conduzam ao fortalecimento da democracia no país. A premiação estimula a participação dos servidores e de pessoas que não são ligadas ao Judiciário".



JUIZ HUGO MELO ANAMATRA

O juiz e representante da Anamatra, Hugo Cavalcanti Mello Filho, ressalta que os trabalhos selecionados poderão alterar de forma significativa a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário. " Eu não tenho dúvida de que os tribunais, as entidades de servidores e de juízes aceitaram as propostas aqui encaminhadas e quiseram implementá-las no âmbito do Poder Judiciário".

Serviço

A inscrição do trabalho é gratuita e poderá ser realizada na sede do Sindjus: SDS Ed.Venâncio V, Bloco "R", Salas: 108 a 114. Distrito Federal, CEP 70393-900, das 9 às 18 horas. O Telefone é **(61) 3224 9392** - Também podem ser encaminhadas pelos Correios, via carta registrada, com expedição até o dia 30 de setembro. As inscrições também podem ser feitas pela Internet, no endereço premionovasideias@sindjusdf.org.br, até às 19 horas do dia 30 de setembro.

Fotos: GLAUBER FERNANDES - Planet Photo

De volta aos 80 os bons tempos voltaram

Isabel Fleck

Os anos 80 não foram marcados por contestação política, revolução artística pseudo-intelectual ou sofreram as amarguras da ditadura, já em seus últimos suspiros, e justamente por isso foram muito mais divertidos. Rock nacional, primeiros jogos eletrônicos (do Telejogo ao Atari, passando pelos game boys), a melhor seleção brasileira até hoje desde o tri em 70, a da copa

da Espanha de 82.

Agora, dizer que a década de 80 é uma década perdida para quem curtiu de tênis Redley sem cadarço e roupa da Company, na pista de dança da Zoom, os grandes sucessos de Madonna, A-HA, Legião Urbana, Ultraje a Rigor, o tema do filme Footloose, Blitz e tantos outros, é uma agressão. O encanto da década de 80 levou ao intenso resgate de tudo relacionado à época. Ernani Cataldo Júnior, 35, mais conhecido como DJ Ernani, é um dos que começou a refrescar a memória do brasileiro. Em dezembro de 2001, quando Pet Shop Boys e New Order eram apenas lembrança, Ernani apresentou a proposta de um programa de rádio que só tocasse anos 80 a diversas emissoras. A JK FM comprou a idéia e o programa Canal 80 ficou dois anos no ar. Inicialmente com uma hora por semana, o programa cresceu e Ernani, que sempre foi apaixonado pela década do All Star de cano alto, conseguiu mais uma hora para o *flashback*. Entrevistou ícones como Evandro Mesquita, da Blitz, Roger, do Ultraje a Rigor, Leo Jaime e Ritchie.

O sucesso foi tanto que os ouvintes pediram que o DJ organizasse uma festa só de anos 80. "Na primeira festa The 80's, em março de 2004, foram 150 pessoas. Na última, duas mil. Já estamos indo para a oitava edição e pretendemos trazer boas atrações", conta Ernani. Na última festa, o comediante Sérgio Malandro fez a alegria dos trintões, que também puderam assistir os cliques da época e se divertir na

ala de ataris montada pelos organizadores. "A reação das pessoas é ótima. Muitas ficam paradas, só curtindo os vídeos, comentando com os amigos. A interação com os jogos também é muito boa. Temos um projeto de montar até um museu com brinquedos antigos na próxima festa", explica. Enquanto prepara a nova edição, Ernani divide com o DJ Eduardo o som da festa Point 80, que acontece todo sábado no restaurante BAA Sushi Sound, na 307 sul, com o mesmo tema.

Mas não só quem viveu os anos 80 resolveu propagar as músicas da época. O publicitário Daniel Mendes de Oliveira, 26, montou com amigos de colégio a banda Vinils 80's Band, que só toca os hits dessa década. Os integrantes, com idades entre 19 e 26, levam para o palco todas as boas lembranças dos tempos de criança. Isso implica tocar, além do pop-rock nacional e internacional típicos da época, temas de filme como Flashdance e Footloose e de desenhos animados como Thundercats, Ducktales e Get Along Gang.

As caracterizações também são essenciais no palco. "Usamos peruca para imitar os mullets da época e blaser dobrado nas mangas como o George Michael. Ainda estou procurando um kichute para usar nas apresentações", descreve Daniel. As brincadeiras também têm espaço nos shows da Vinils 80's Band. Músicas do Balão Mágico e do Sérgio Malandro vêm sempre acompanhadas de algum tipo de interpretação. A aceitação do público é grande. "Os anos 80

são sempre lembrados em rodinhas de conversa, por isso sabemos que tinha tudo para dar certo. As músicas são engraçadas e os estilos bem variados. Dá para brincar bastante", afirma.

Diferentes gerações - Os trintões certamente foram os que mais aproveitaram a década de 80. A comerciante Ana Cláudia Vidal, 33, é daquelas que se emociona ao ouvir baladas como Gatinha Manhosa e Menina Veneno. "É o resgate da nossa adolescência. A gente acaba lembrando das festas, da galera reunida nas casas", afirma. O policial federal Sérgio Lacerda, 32, também só tem lembranças boas e acredita que nenhuma época foi tão rica em estilos musicais. "Nos anos 80, tínhamos muita opção e a qualidade do som era muito maior. Por isso as músicas fazem tanto sucesso hoje, independente da idade", explica Sérgio.

Quem chegou a curtir as décadas de 60 e 70 também tem lembranças boas dos anos 80. Convidada pelos amigos para assistir ao show de Double You, Ritchie e Leo Jaime, a professora primária Jane Nilcéia Trancozo, 49, relutou para ir à festa Geração 80. Acostumada a fazer programas mais tranquilos, Jane achou que não conseguiria se divertir em meio a tanta gente jovem. "Achei que ia ficar deslocada, mas não aconteceu. Nesse tipo de festa as gerações se encontram, parece que todo mundo tem a mesma idade", conta.

Até quem aproveitou a década de 80 por tabela não perde as festas flashback. Assim como



Yuri, Sergio, Luciana e Pedro



Rose e Nina



Jane, Ana Cláudia, Sergio e Ana Rosa



Sandra, Isaac e Tuca

a maioria das pessoas da mesma idade, a estudante Nina Medrei, 23, acostumou-se a ouvir as músicas que o irmão mais velho escutava. "Na época, era muito nova para ir às festas com ele, mas sempre conseguia entrar escondida na boate antiga Vogue, de Sobradinho", lembra Nina, rindo. A amiga Rose Mustafá, que tem a mesma idade, era companheira nas aventuras e passinhos ao som de Double You. As lembranças são tantas que Rose fez questão de comprar um CD da banda no dia da apresentação na AABB. "Passei o dia inteiro escutando Please Don't Go. Não via a hora de começar o show", confessa.

Lembranças - De acordo com a comunicóloga Tânia Montoro, da Universidade de Brasília, a volta aos anos 80 faz tanto sucesso porque a maioria das pessoas envolvidas nesse movimento de resgate é composta dos adolescentes de vinte anos atrás, que querem relembrar sua juventude. "Nas festas, acaba sempre havendo uma reflexão sobre a sociedade daquela época. As pessoas pesquisam as roupas, os penteados, o comportamento dos anos 80 para poder reviver que passou", explica Tânia. Várias dessas pesquisas levaram a projetos maiores como as enciclopédias dos anos 80, nacionais e locais, que estão entre os livros mais vendidos no país.

A doutora em Comunicação Social, no entanto, afirma que o resgate sempre acaba deturpando um pouco a realidade da época. "A época é sempre uma idealização. Os anos 80 não foram exatamente dessa maneira como é cultuado hoje. Também tínhamos problemas. Mas a insatisfação com o presente nos faz sentir saudades de um passado imaginário", conclui.

Blitz ataca novamente



Foto: DIVULGAÇÃO

Quem não se lembra da célebre "carta da mariposa apaixonada de Guadalupe" certamente não viveu os anos 80. O sucesso da letra de A dois passos do paraíso, assim como de outros hits que ganharam a simpatia do público, é a maior prova de que a Blitz fez história e marcou a juventude dos trintões de hoje. A banda que surgiu no emblemático Circo Voador, no Rio de Janeiro, sempre teve a ousadia como principal característica. Em seu primeiro disco, um compacto lançado em junho de 1982, a trupe trazia, no lado A, a música Você não soube me amar - que se tornaria a marca da banda - e, no lado B, a gravação do vocalista Evandro Mesquita gritando "nada, nada, nada". O núme-

ro de cópias vendidas chegou a quase um milhão.

A consagração veio com os três primeiros discos: As Aventuras da Blitz 1 (1982) -com Lobão na bateria -, Radioatividade (1983) e Blitz 3 (1984). A primeira formação ainda trazia Fernanda Abreu e Márcia Bulcão (backing vocals), Ricardo Barreto (guitarra) e Antonio Pedro, ex-Mutantes (baixo). Com um rock leve, letras bem-humoradas e performance teatral no palco, a Blitz se apresentou por todo o Brasil e no exterior e foi sensação no Rock in Rio de 1985. Consolidou-se como um fenômeno de massa, chegando a lançar produtos como revistas em quadrinhos e álbum de figurinhas, em parte devido à sua grande popularidade entre as crianças.

Mas quem pensa que a ban-

da carioca acabou junto com outros símbolos da década de 80 não perde por esperar. Ainda este semestre chega às lojas o DVD Blitz com vida, gravado durante um show em São Paulo. Sob o comando de Evandro Mesquita, a banda mostra que ainda tem muito chão pela frente. Com shows agendados no Brasil inteiro, a banda traz, da formação original, Billy Forghieri (teclados) e Juba (bateria), e os novos Andrea Coutinho e Luciana Spedo (vocais), Rogerinho (guitarra) e Claudia Niemeyer (baixo). Em Brasília, a volta está marcada para o dia 20 de agosto. Ótima oportunidade para relembrar os sucessos do passado e ver que a Blitz continua irreverente como sempre. ■

As dez músicas mais pedidas

Bichos Escrotos - Titãs

Camila, Camila - Nenhum de Nós

Footloose - Kenny Loggins

Holiday - Madonna

Música Urbana - Capital Inicial

Rádio Pirata - RPM

Será - Legião Urbana

Sexo - Ultraje a Rigor

Take me on - A-HA

Você não soube me amar - Blitz

PESADELO NUCLEAR

TT Catalão

A tragédia sempre começa sob a capa "científica", com objetivos nobres – mascarada para captar verbas e não alarmar a dócil opinião pública entorpecida pela mídia servil. Em 1938, o cientista alemão Otto Hahn descobre a fissão nuclear. O físico italiano Enrico Fermi monta uma equipe de 15 cientistas da Universidade de Chicago para produzir a primeira reação nuclear em cadeia controlada, em 2 de dezembro de 1942. Primeiro passo do Projeto Manhattan focado na criação das bombas. Logo, em Los Alamos, em 1943, cientistas assumiam, sob a liderança de Robert Oppenheimer e do general Leslie Groves, a tarefa que mudaria a face do mundo. Já em 16 de julho de 1945, na área de testes de bombardeios Trinity, ocorre a primeira explosão nuclear. A mensagem em código enviada ao presidente Truman dizia: "o bebê nasceu bem".

Usar a arma seria questão de tempo. A argumentação – salpicada pela vingança de Pearl Harbor – foi reforçada para evitar "perdas de mais vidas nos combates em terra e pela obstinação com que os japoneses demonstravam em se render", segundo relatório do exército dos EUA. O presidente dos EUA, Truman, escreveu em seu diário sobre os japoneses: "são animais cruéis, obstinados, traidores". Para "poupar vidas" (leia-se vidas de soldados norte-americanos) diversas cidades japonesas são devastadas (antes do espetáculo macabro do cogumelo mortal calcinar Hiroshima em 6 de agosto de 1945): Tóquio é bombardeada em 51% do seu território. McNamara, em suas memórias no filme Sob a Névoa da Guerra, confessa uma discreta apreensão ao uso da bomba atômica, pela devastação das cidades japonesas: "elas queimam fácil, afinal são construções leves de madeira e papel para não criarem escombros fatais em terremotos". Em 9 de março de 1945, 334 aviões B-29 bombardeiam Tóquio, matando 100 mil pessoas em uma única noite. A ofensiva continua por dez dias e estende-se a Nagóia, Osaka e Kobe.

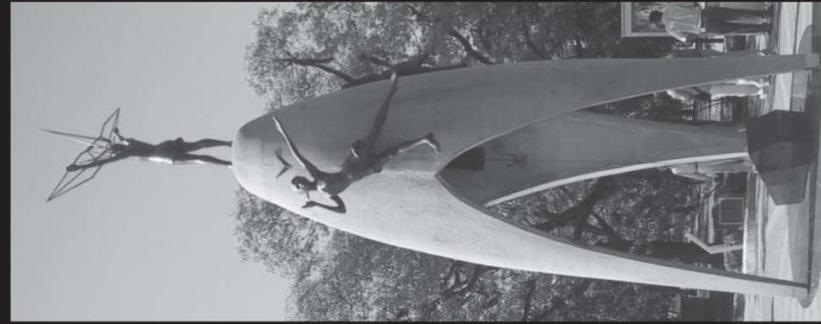
Até que o quadrimotor B-29 prateado e brilhante, com uma envergadura de 43 metros, batizado Enola Gay em homenagem materna do piloto Tibbets, recebe em seu ventre a bomba. Hiroshima já havia reduzido o número de habitantes de 380 mil para 245 mil. Mas, às 8h15 o artefato apelidado "Little Boy" explode e cerca de 92% dos edifícios e das casas foram destruídos num raio de 13 quilômetros. A bola de fogo, manteve a temperatura no núcleo de pelo menos 200 mil °C. Ondas de choque se propagam. Ventos de até 965 km/h sugam a poeira para cima e criam uma nuvem em forma de cogumelo, que cai sob a forma de chuva radioativa nos arredores da cidade. Raios de calor entre 3 a 4 mil graus Celsius retalham os corpos e calcinam a pele. Os rios da cidade fervem, como o Ota, mas é um alento ilusório pois logo absorveriam o câncer. Estima-se 40 mil crianças mortas. Nos hospitais quase destruídos, o único cuidado possível era tentar fazer parar o sangramento. A explosão acabou com 18 hospitais e 32 postos de pronto-socorro. Entre os médicos, 90% foram mortos ou gravemente feridos, assim como a maioria das enfermeiras. Somente nos 20 primeiros segundos morreram 140 mil pessoas, número que chegaria a 210 mil nas semanas seguintes.

Não bastasse a suprema degradação devastadora (tão ou mais hedionda que os campos nazistas de extermínio) nova bomba mais poderosa cai sobre Nagasaki às 11h02 em 9 de agosto. Apenas uma

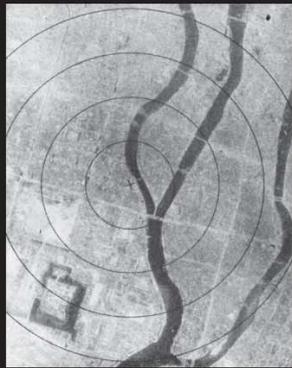
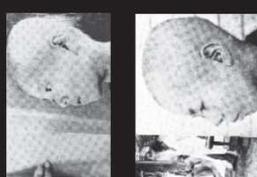


extremos), nova bomba, mais poderosa, com sobre-velocidade de 100 km/h, em 3 de agosto, 7 meses após a queda da Catedral de Urakami resistiu ao bombardeio. Na hora da explosão, morreram 70 mil pessoas, número que dobrou nas semanas seguintes. Com carga equivalente a 22 mil toneladas de TNT, a bomba, de 3,25 m de comprimento, 1,25 m de diâmetro e 4,5 toneladas, foi detonada a 503 metros do chão.

"Hibakusha", como são chamados os sobreviventes da hecatombe nuclear, hoje alertam se tanto poderio "evitou suicidas bombas do terror e o próprio 11 de setembro". A bomba não é garantia de paz quando há miséria. O que mais choca é ver, sessenta anos depois, a maior parte dos americanos concordar com a decisão de usar a bomba. Segundo a pesquisa, 57% dos entrevistados aprovavam o uso das bombas, enquanto 38% disseram desaprovar a iniciativa. O Gallup afirmou que os números mais recentes eram semelhantes aos de 1955, quando 59% dos entrevistados disseram ser favoráveis ao uso das bombas atômicas e 38%, contrários. Trágica argumentação pelos "iraques" de hoje e os que certamente virão. O mais estarrecedor é que o mundo ainda poderia ser destruído 30 vezes (como se isto fosse possível) pelo arsenal nuclear ativo nos EUA (16 mil ogivas ou 6 mil em relatório oficial), Rússia (8,5 mil ou 15 mil), Grã Bretanha (200), França (350), China (800), mais Israel, Índia, Paquistão e Coreia do Norte.



Monumento à paz - Hiroshima



Hiroshima e Nagasaki: antes e depois



Adoção - a burocracia não desestimula o amor



A pedagoga Conceição de Moraes Cavalcante, 42, não resistiu quando viu pela primeira vez o pequeno Rafael, com 23 dias de vida. Sol-

"O processo é demorado. Em média, um ano. O tempo que parece traiçoeiro, no entanto, os ajuda a amadurecer a idéia e se acostumar que haverá mais uma pessoa na família. É assim com as 219 pessoas inscritas no cadastro da Vara da Infância e Juventude do DF para adotar crianças. "

teira, independente, sem filhos, viu naquela criança a possibilidade de se realizar como mãe. O sonho de adolescente viria a se concretizar naquele 9 de maio de 2002. Não pensou duas vezes quando uma psicóloga da Seção Psicossocial da Vara da Infância e Juventude (VIJ) ligou para ela: "temos um bebê filho de uma mulher portadora do vírus da AIDS. Você aceita ficar com a criança?". Sim, respondeu Conceição.

O menino era o quinto filho de uma mulher humilde, de 32 anos, doente, que não tinha condições de ficar com o bebê. Deixou-o no Hospital Regional do Gama para adoção. Conceição foi ver a criança. Não importou se poderia vir a apresentar o vírus que, três anos depois não se desenvolveu. "Era ele por quem eu tanto esperava. Quis levá-lo naquele momento para a minha casa", conta. O acolhimento foi imediato, mesmo sem que a pedagoga tivesse roupas e alimentos para a criança. "Disse que não iria deixá-lo no hospital. A

psicóloga me ajudou a pegar algumas roupinhas para que pudesse levá-lo", disse Conceição.

Histórias como a da pedagoga ocorrem com frequência em todos os cantos do Brasil. São homens, mulheres, casais em busca da realização familiar. Em muitos casos, são histórias de espera, obstinação e sofrimento. O pequeno Rafael teve a sorte de ser adotado enquanto bebê, realidade diferente das 124 crianças à espera de adoção no Distrito Federal.

O processo é demorado. Em média, um ano. O tempo que parece traiçoeiro, no entanto, os ajuda a amadurecer a idéia e se acostumar que haverá mais uma pessoa na família. É assim com as 219 pessoas inscritas no cadastro da Vara da Infância e Juventude do DF para adotar crianças. Alguns casos estão em reavaliação, outros já estão em estágio de convivência com alguma criança. Há, ainda, 32 famílias residentes em outros estados e cinco estrangeiros querendo cri-

ar meninos e meninas brasileiros.

De 124 crianças e adolescentes à espera da adoção, 77 são meninos e 47, meninas. A maioria deles já tem mais de 5 anos ou tem irmãos também cadastrados. Nesse caso, todo o grupo de irmãos deve ser adotado pela mesma família e, por isso, é tão difícil a adoção dessas crianças. Bebês saudáveis, no entanto, não esperam famílias nos abrigos, uma vez que não falta quem queira adotá-los.

A preferência é por menina de até dois anos de idade. O grande número mesmo é de crianças recém-nascidas, ou de poucos meses. A preferência é de cor clara. Escolhas valorizadas pela sociedade brasileira. Os quase cem grupos de apoio à adoção do Brasil trabalham com a cultura da adoção e com o incentivo à adoção tardia e de grupo de irmãos.

Já Maria (nome fictício) quer uma criança mais velha, com quatro ou cinco anos, independente da cor. Separada, com um

filho de 12, ela começou a sentir falta de uma menina. "Sempre pensei em adotar uma criança quando era adolescente. É uma contribuição imensa que eu vou dar à humanidade", afirmou. Mas não é só pela vontade de diminuir o número de crianças que vivem em abrigos que ela decidiu partir para adoção. "Sinto que tenho muito amor para dar. E tem muita criança precisando de carinho", disse.

A antropóloga e professora da Universidade de Brasília Lia Zanotta observa que cada vez mais há preferência pelo "embranquecimento" por casais que querem adotar filhos. "É necessário que sejam feitas campanhas para que a população pense o outro lado. A sociedade brasileira é formada por uma mistura de raças, de diversas cores. Ainda há uma idéia muito forte de que todos devem ser parecidos", opinou.

Para Lia Zanotta, é preciso valorizar as relações amorosas, independente da cor ou sexo do indivíduo. "Há uma mentalidade de que meninas são mais dóceis. Mas isso não é regra. Não exis-

te base científica que aponte que meninos são mais agressivos", destacou a antropóloga.

Lia Zanotta critica a burocracia que provoca demora nos processos de adoção. Ela defende uma legislação que facilite o acesso das pessoas que procuram crianças para adoção, para evitar a "adoção à brasileira", tão comum em todo o país.

A "adoção à brasileira" é a forma encontrada pela população brasileira para vencer a burocracia, mas é ilegal. Registrar o filho de outra pessoa como seu é crime previsto no Código Penal. Nesse caso, a qualquer tempo em que os pais biológicos venham a reclamar a paternidade, a eles é dado o direito de ajuizar uma ação.

Quando o acolhimento se faz recebendo a criança diretamente da mãe biológica, é grande o número de casos em que a mãe se arrepende e deixa de concordar com o pedido de adoção, gerando prejuízos, principalmente para a criança. Se isso acontecer, ela vai ter que contestar no processo. Não é garantia que a genitora consiga a criança de

volta. Os juízes da Infância e da Juventude nem sempre permitem que a genitora fique com a guarda. "Ele avalia o grau de envolvimento da criança com essa nova família e as condições de tratamento que ela recebe. A mãe biológica pode sim perder a ação", apontou a promotora Luciana Bertini Leitão, da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude.

O contato com a mãe só ocorre quando é ela mesma quem entrega o filho para adoção de uma pessoa pré-determinada, que não esteja na fila para adoção. As pessoas inscritas na VII não têm esse contato. "Porque essa criança só é cadastrada para adoção depois que a gente já viu que não tem chances de ela ficar com a família biológica. Então o juiz já cadastra, disponibiliza para adoção e nós é que vamos fazer essa intermediação", explica a servidora pública Tatiana Marrara, supervisora substituta da Seção de Adoção da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT).

Muitas famílias reclamam da

burocracia da adoção, o que posterga o processo. "Mas na verdade isso não é burocracia. Afinal, estamos tratando do futuro de uma criança", afirmou. É que existe a obrigatoriedade de um estudo com as famílias e a remessa para o Ministério Público de todos os processos para adoção. Os promotores da Infância e Juventude do DF precisam dar pareceres sobre os processos para garantir o cumprimento da legislação. Quando a mãe da criança está desaparecida, é necessária a convocação dela por edital, o que demora ainda mais.

VÍNCULO AFETIVO - A psicóloga Cynthia Ladvat, da ONG Terra dos Homens, criada em São Paulo em 1982 para incentivar a adoção no país, defende que o processo seja o menos traumático e o mais adequado possível. Ela conta que a sociedade e a família cobram dos casais os filhos, para dar continuidade natural à evolução das gerações.

O importante nesse processo de adoção é, na avaliação da psicóloga, que o início do vínculo afetivo se inicia mesmo antes do ato

REGRAS PARA ADOÇÃO

- Os interessados em adotar recém nascidos ou crianças de até 1 ano de idade deverão fazer inscrição na Seção de Adoção do TJDF.
- Quem pode adotar: adulto maior de 18 anos, independentemente do estado civil, que seja, pelo menos 16 anos mais velho que a criança a quem pretende adotar.
- A adoção é irrevogável. A criança ou adolescente adotado nunca mais deixará de ser considerado filho do adotante. Nem mesmo com a morte dos adotantes, os pais biológicos readquirem os direitos sobre a criança (para isso é necessário proceder à nova adoção).
- Para adoção de criança específica, os interessados deverão procurar a Vara da Infância e da Juventude para a confirmação do abandono ou da condição de adotabilidade da criança. A partir daí deverão pleitear a ação de adoção por meio de advogado particular ou procurando a Defensoria Pública.
- Os interessados em contar com um serviço de apoio e acompanhamento, o Pré-natal da adoção, para proporcionar maior clareza quanto aos motivos para a opção de adotar e segurança quando do acolhimento da criança pretendida.
- Todos os processos tramitam em segredo de justiça.

Informações sobre adoção:

- Seção de Adoção do TJDF / Telefone: 3348-6713 / 3348-6730 / 3348-6620 - das 12:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira.
- ONG Terra dos Homens / www.terradoshomens.org.br / Telefone: (21) 2524-1073



em si. "Os pais, na espera da indicação da criança, já a amam, mesmo antes de a conhecer. A criança, independente da idade em que chega na família, inicia o vínculo com os pais adotivos no dia-a-dia", destacou. Segundo ela,

"Os 15 projetos de lei que tratam do assunto tramitam a passos lentos. A intenção é concentrar em um só dispositivo legal as regras sobre o tema, que hoje estão espalhadas em várias leis ordinárias, além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)."

a mãe ama seus filhos, biológicos ou adotivos, por instinto, afinidade e pela relação construída na convivência familiar.

Cynthia Ladvoat explica que há mito de que os laços de sangue são muito poderosos, e que os laços adotivos são frágeis e fracos. "Essa crença só é testada como falsa depois da comprovação de que os laços são construídos entre os pais adotivos e seus filhos, da mesma forma como acontece nas relações biológicas", afirmou a psicóloga. Para ela, a mãe não faz distinção entre os filhos adotivos e biológicos.

Depois da adoção, da fase em que a criança é apresentada para a família e a sociedade, outra angústia toma conta do casal: saber qual a melhor idade de contar para a criança que ela é adotiva. Na avaliação da psicóloga, o ideal é que a criança saiba da adoção no primeiro dia em que ela chega na nova casa. "Desde sempre, a mãe e o pai devem conversar com o filho sobre o ato de amor na adoção", defende Cynthia Ladvoat.

Para ela, o estado é o responsável pelas crianças sem o

direito à convivência familiar. A sociedade civil e a organizada podem e devem estar atentas ao problema social de tantas crianças vivendo em situação de abandono. As ONG's tentam colaborar a implementar as políticas públicas de forma que todas as crianças e adolescentes em risco possam ter seu direito respeitado de viver em família e na comunidade.

LEGISLAÇÃO - A Câmara dos Deputados instalou, em abril do ano passado, uma comissão especial para estudar a elaboração de uma Lei Nacional de Adoção. Os 15 projetos de lei que tratam do assunto tramitam a passos lentos. A intenção é concentrar em um só dispositivo legal as regras sobre o tema, que hoje estão espalhadas em várias leis ordinárias, além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Há discussões ainda quanto ao tempo de licença maternidade que as mulheres têm direito ao adotar crianças. O Congresso Nacional aprovou, há três anos, um projeto de lei que garante licença de até quatro

meses para mulheres que adotarem crianças de até um ano de idade. Mas a lei vale apenas para trabalhadoras de empresas privadas.

A pedagoga Conceição de Moraes Cavalcante foi beneficiária dessa lei. "Um mês antes de adotar meu filho, o projeto de lei foi sancionado. Fiquei 120 dias em casa e ainda emendei com as férias", comemorou. Para ela, ficar em casa nesse período de adaptação foi fundamental para que os vínculos afetivos fossem formados. "Na primeira noite que ele dormiu lá em casa, acordei diversas vezes para saber se ele estava bem", contou.

Para que todas as mães adotivas tenham acesso à licença remunerada, é necessária uma mudança na Constituição Federal, em discussão na Câmara dos deputados. Servidoras públicas, por exemplo, só conseguem passar um mês de licença remunerada em casa com as crianças. Parlamentares argumentam que a lei não pode estabelecer diferenças entre mães biológicas e mães adotivas e que todas têm os mesmos direitos e deveres. ■

Cláudio Abramo: corrupção é problema estratégico

Para o matemático Cláudio Weber Abramo os escândalos sobre corrupção deveriam levar a reformas voltadas para o aperfeiçoamento das instituições e à redução de oportunidades para que ladrões ocupem o Estado. Segundo ele, "há forças na sociedade e no próprio Congresso dispostas a mobilizar-se nessa direção". Abramo é diretor-executivo da organização Transparência Brasil (TB) e candidato a presidir a Transparency International, entidade mundial dedicada exclusivamente ao combate à corrupção e à qual a TB é associada. Criada há cinco anos, a ONG brasileira conta hoje com cerca de 170 associados que contribuem com mensalidades de R\$ 20. De acordo com seu diretor, a TB não tem caráter mobilizador nem investigador. "Achamos que a única forma de fiscalizar o Estado é pela abundância de informações sobre o Estado. Fazemos pesquisa. Queremos mudar as instituições. Direta ou indiretamente, a gente quer dar

poder a outros que façam isso".

Na página da entidade na internet - www.transparencia.org.br - é possível encontrar vasto material de pesquisa a respeito de corrupção, coletâneas de artigos e notícias de todo o País sobre o assunto e, ainda, um atalho - "Às Claras" - aos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que demonstram quem financia quem nas campanhas eleitorais. Abramo, que não acredita na eficácia de práticas repressivas ou punitivas enquanto as engrenagens da máquina pública não estiverem preventivamente protegidas, assinala, nesta entrevista, que o combate à corrupção tem de ser objetivo estratégico, sob comando do presidente da República.



Paulo Donizetti *Entrevista publicada na Revista dos Bancários, edição 105, de julho de 2005

Fale sobre o desafio de se combater a corrupção num país do tamanho do Brasil, com 27 unidades federativas, mais de 5.600 municípios...

Cláudio Weber Abramo - Uma primeira observação a fazer, para se combater a corrupção, é ter uma noção clara de por que ela acontece. Existem obviamente muitos pontos de vista a esse respeito, que se pode dividir em duas grandes categorias. Uma, predominante no Brasil, é a de que a corrupção existe porque existem pessoas desonestas. Essa perspectiva, que eu chamo de perspectiva moral, é a que alimenta o discurso político do tipo "serei implacável", "não permitirei". E também alimenta a idéia de que corrupção se combate punindo culpados; apertando os mecanismos de investiga-

ção e de punição; ou pela educação, formar pessoas, dar aulas de ética nas escolas, é o mesmo tipo de visão.

São visões associadas à questão moral...

Abramo - Essa visão moral é a que está associada ao "não roubarás". Se funcionasse, nunca existiria corrupção. Há um equívoco no combate à corrupção baseada fundamentalmente na educação de valores abstratos, que é o seguinte: as pessoas não aprendem a partir de situações abstratas. Vamos dizer que numa escola se ensine ética. O que o aluno aprende? Ele aprende aquilo que está sendo dito a ele ou aprende a partir do comportamento das estruturas escolares, do comportamento das pessoas, dos professores. Por exemplo, a respeito de favoreci-

mento de alguns alunos em detrimento de outros e das diversas injustiças que acontecem na vida escolar, ele vai aprender o quê? O aluno que é levado à escola por sua mãe de automóvel e ela pára em fila dupla, o que ele aprende? O ponto aí é que a moral não é apreendida por palavras, é apreendida pelo ambiente.

A imoralidade da corrupção é abstrata?

Abramo - A proposição de que corrupção só se combate punindo culpados é derrotada desde o início porque corrupção geralmente não é nem detectada. E quando é detectada, é muito difícil provar. No mundo todo. Em qualquer lugar. É um ato secreto. Para provar são necessárias evidências de natureza material, coisa que raramen-

te acontece em casos de corrupção. Olhar a corrupção sob o ponto de vista do comportamento individual das pessoas não atinge o cerne da questão.

E qual é o cerne da questão?

Abramo - Aí entra a outra vertente, que é a que adotamos: pensar, raciocinar, investigar a respeito das condições colocadas nos ambientes e que propiciem atos de corrupção. Aí, sim, você combate a corrupção, e não gritando "pega ladrão". Vou utilizar outra vez como gancho a CPI dos Correios. O caso existe porque Fulano é desonesto? Não. É porque o governo distribuiu cargos nas estatais e na administração direta para negociar apoios no Parlamento. Os partidos querem quais diretorias: as de oficinas de tapetes? Não. Querem aquelas diretorias que

furam poço, que fazem negócios. E o apoio parlamentar é dado não diretamente em torno da ocupação daquele cargo. A contrapartida é o governo ser leniente, deixar acontecer.

Como é que se combate esse gênero de corrupção?

Abramo - Tem de olhar para a causa. Qual é a causa? É a possibilidade de nomear. Como é que se combate? Não pode nomear. Esse combate é eficaz.

Mas há aí nesse bolo muitos cargos, milhares, que estão ocupados também por funcionários de carreira há anos?

Abramo - Esse é um equívoco comum. O problema está na capacidade de nomeação, e não em ser ou não ser funcionário público. Que perspectiva de ascensão de carreira tem um indivíduo como o sr. Maurício Marinho? Ele não ascende na carreira por méritos. Ele ascende na carreira porque ele, mesmo sendo funcionário público, tem de negociar politicamente a sua ascensão, por causa da capacidade de nomear. Os cargos de livre nomeação têm um efeito secundário de destruir a estruturação das carreiras públicas. Você chega até um certo ponto. A partir dali tem de fazer nomeação política. Isso destrói a carreira.

"A reforma política tem uma importância que transcende em muito a corrupção. O assunto mais importante da reforma política é a representação."

Além das questões institucionais há também as administrativas....

Abramo - É no processo decisório que o indivíduo que ocupa o cargo público toma decisões destinadas a beneficiar a si próprio ou a terceiro. O processo decisório em qualquer organismo pode ser levantado, examinado e checado para ver onde estão os riscos, onde existem decisões propícias a favorecimentos. Onde estiverem, altere-se administrativamente: não vai mais ser assim, vai ser assado. As razões administrativas para a corrupção estão aí. Somente quem pode levantar o mapa de risco numa determinada instituição é aquela mesma instituição. E isso só com orientação de cima. Mas a corrupção não é tratada como um problema estratégico. É tratada demagogicamente. Se a gente catar o último discurso do presidente da República, mostra isso claramente. Não faz a diferença entre repressão e prevenção. E isso é um problema.

E qual o papel da imprensa no combate à corrupção?

Abramo - Ela tem um papel extremamente importante. Agora, esse papel é mediado pela sua independência. E na verdade não existe independência em termos absolutos. Sempre alguém está ligado a algum tipo de interesse, a alguma classe social, a alguma forma de olhar o mundo. A imprensa brasileira é majoritariamente não-independente.

E como a corrupção que acontece no setor privado, no mundo dos negócios, afeta a sociedade de um modo geral?

Abramo - Nós pagamos mais caro por produtos e serviços porque existem perdas no interior da atividade privada, como cobranças de "comissões", propinas, que refletem no preço final. Uma outra área em que a corrupção acontece de maneira

preocupante é a tributária. Na medida em que uma determinada empresa sonega, um fiscal vai lá e diz "ou você paga seus atrasados com multa, correção monetária, o que vai custar um milhão de reais, ou você me paga cem mil reais e eu te livro a cara".

Esses mecanismos são controláveis? Há como melhorar os processos de controle?

Abramo - Por exemplo, o Brasil tem uma automação bancária que é uma das maiores do mundo e que não é bem utilizada. Veja esse caso aí do publicitário mineiro (Marcos Valério). Os bancos são obrigados a informar ao Ministério da Fazenda (por intermédio do Conselho de Controle de Atividades Financeiras-Coaf) toda movimentação acima de um certo valor, R\$ 100 mil. O Ministério da Fazenda tinha aquela informação. O que o Coaf fez com aquilo? Não é suspeito o sujeito tirar todo mês R\$ 250 mil em dinheiro vivo? Isso é exemplo de ineficiência administrativa. Ou seja, a obrigação está aí, o que é bom, o sujeito ter de informar o Ministério da Fazenda. Agora, o que é feito com a informação? Aconteceu alguma coisa? Não aconteceu nada.

O Ministério da Justiça tem marcado gols contra a corrupção?

Abramo - Eu prefiro não comentar ministro x ou y. Prefiro comentar a gestão federal como um todo. O governo Lula teve algumas iniciativas destinadas a reforçar o combate à corrupção e que se pode dizer que foram, na ponta, favoráveis. A primeira delas foi o fortalecimento da Controladoria Geral da União. A CGU já existia no governo anterior e era muito menos operante. Ela passou a ser mais operante com este governo. O Ministério da Justiça é mais difícil de julgar porque, essencialmente, no combate à corrupção ele

tem a Polícia Federal, que não age por si só. Ela age impulsionada pelo Ministério Público. E tem agido. E qual a origem dos atos da PF, prendendo gente e tal? Em parte, isso se deve à maior autonomia dela, e esse governo, aparentemente, colocou isso.

E qual o aspecto mais negativo?

Abramo - No lado negativo está o fato de que no governo Lula, tal como no governo anterior, não se tomou a decisão política de fazer do combate à corrupção um objetivo estratégico, que precisa ser comandado de cima. Tanto no governo passado como no presente o problema da corrupção não é abordado como em outros países, em que sob comando presidencial foi colocado um organismo destinado a coordenar as ações anticorrupção em toda sua máquina.

Há algo dentro da reforma política que possa diminuir a corrupção?

Abramo - A reforma política tem uma importância que transcende em muito a corrupção. O assunto mais importante da reforma política é a representação. O Brasil é o segundo pior país do mundo em distribuição de renda e essa desigualdade se reflete na estrutura política. A maior parte da população não tem representação política, não conhece seus direitos. Como vai acontecer a consciência política da qual resulta a representação política? É muito pouco provável. Então, a reforma política nunca é um assunto simples. A discussão que aparece agora, essa reforma política que saiu da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, está cheia de contrabandos, é muito ruim.

Por quê?

Abramo - Tem várias propostas que estão nessa reforma política que foram colocadas

para proteger os interesses dos atuais congressistas. O efeito que pode ter na estruturação partidária não é muito claro. Essa idéia de reduzir o número dos partidos: eu tendo a acreditar que um bando de micropartidos não é bom, como partidos de aluguel, que vendem tempo na televisão. Embora existam alguns partidos que têm alguma coisa a dizer. Eu diria que existe muito mais justificativa para a existência do Psol do que do Prona. Então, a redução drástica, que haveria com a adoção da cláusula de barreira, parece ser uma boa coisa. Hoje, com a exigência de que um partido precisa conseguir 5% dos votos em nove estados, haveria seis partidos. Com a adoção de 2% em vez dos 5%, subiria para nove ou dez. Por exemplo, PPS e PTB estariam fora com a regra dos 5%. Com os 2%, estariam dentro.

E o financiamento público das campanhas eleitorais?

Abramo - O principal argumento em favor do financiamento público não está sendo usado, que é reduzir o poder econômico nas eleições. O argumento que está sendo apresentado como principal em favor do financiamento público de campanha é completamente falacioso, que é o de que acabaria o caixa dois de campanha eleitoral. Não é verdade. Porque os interesses que estão por trás do financiamento de campanha, aberto ou ilegal, não deixam de existir. É de interesse de grupos empresariais ou de grupos específicos da sociedade eleger determinados indivíduos para defender determinadas plataformas ou para talvez ocupar o Estado. Esses interesses continuam existindo.

Mas não seriam mais limitados?

Abramo - Eles não vão deixar de se manifestar nas eleições se o financiamento for exclusivamente público. Eles vão

financiar partidos, como fazem hoje, pelo caixa dois. E isso tem um efeito deletério adicional, já que hoje o financiamento privado, aquele que é por cima da mesa, forçosamente é informado para a Justiça Eleitoral. Temos condições de conhecer, sabemos que uma empresa tal financiou candidato tal. Nós não sabemos se aquele candidato teve mais dinheiro pelo caixa dois. Mas o que sabemos do que foi declarado reflete um interesse.

Mas uma determinada empresa pode doar 10 mil reais para um candidato e apenas mil para outro, ou nada para outro. O interesse político é subordinado ao poder econômico. Isso não acarreta uma correlação de forças desequilibrada, prejudicial à democracia?

Abramo - Numa sociedade com as desigualdades da brasileira, esse é o argumento principal em favor... eu não diria de um financiamento público exclusivo - nenhum país do mundo tem financiamento exclusivamente público. O que outros países têm são modos de compensar o desequilíbrio econômico que acontece em sociedades desiguais, em que o capital vai lá financiar determinados caras e o resto não é financiado. Então existe um jeito de compensar isso com financiamento público, mas o financiamento privado não deixa de existir. Querendo ou não, gostando ou não, nós vivemos numa sociedade em que o ordenamento econômico é capitalista. Nas sociedades capitalistas o interesse econômico tem direito de se manifestar, é um direito liberal. A maneira de compensar um pouco a presença dos capitais no financiamento eleitoral é exibí-los.

E para exibí-los seria preciso manter, em parte, o financiamento privado?

Abramo - Por exemplo, nós



Foto: Valter Campanato - Agência Brasil

temos essa iniciativa chamada "Às Claras" (serviço encontrado no site da Transparência Brasil). Digamos que eu queira saber quem foi financiado pelos interesses agropecuários nas eleições. Como a informação é dada, eu tenho como identificar quem foram os candidatos e os partidos que receberam financiamentos dos interesses agropecuários. Não sei o que aconteceu no caixa dois, mas aquilo que foi informado eu sei. Então eu sei que o PTB teve doações do setor agropecuário mais que a soma de todos os demais partidos. Eu sei quem esses interesses agrícolas financiaram em Alagoas, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, quais são os candidatos que eles puseram na Câmara dos Deputados. Se o financiamento for exclusivamente público, esses interesses, que não vão deixar de influir, vão ficar escondidos. E isso não é bom. ■

"Veja esse caso aí do publicitário mineiro (Marcos Valério). Os bancos são obrigados a informar ao Ministério da Fazenda (por intermédio do Conselho de Controle de Atividades Financeiras-Coaf) toda movimentação acima de um certo valor, R\$ 100 mil. O Ministério da Fazenda tinha aquela informação. O que o Coaf fez com aquilo?"

Coral Habeas Cantus agora é Coral do Sindjus

Nádia Faggiani

O antigo Coral Habeas Cantus do TRF agora é Coral do Sindjus. Por meio de uma parceria firmada este mês com o Sindjus, o grupo vai receber patrocínio para a contratação permanente de um maestro e uma pianista e deixará de ser vinculado ao tribunal, em contrapartida oferecerá aos nossos filiados uma oportunidade

“Para participar do coral são fundamentais assiduidade, disciplina, pontualidade e vontade de aprender. Saber cantar é o requisito menos importante, pois uma vez no grupo, o coralista aprenderá a técnica, diz a coordenadora Maria Ângela. ”

para aprender a cantar.

O Coral Habeas Cantus, cujo nome significa "canto livre", surgiu em 1990 como a primeira ação de qualidade de vida do TRF. Hoje o grupo formado por 30 coralistas tem a participação de servidores também do STM, TST, STF, STJ e Justiça Federal. Para a coordenadora de comunicação, cultura, esporte e lazer, Eliane Alves, a parceria com o Coral Habeas Cantus surgiu da necessidade do sindicato investir em projetos que tragam como retorno a melhoria da qualidade de vida dos nossos associados". O Sindjus sempre se preocupou em oferecer opções para seus associados elevarem sua qualidade de vida. Além disso, as relações estabelecidas a partir do Coral são relações muito fortes e que com certeza muito contribuíram para as nossas ações diárias", acredita Eliane.

Após a parceria com o Sindjus, o Coral poderá se dedicar ao aperfeiçoamento dos integrantes, já de olho nos próximos festivais e concertos pelo país e exterior. Prova de que o grupo tem qualidade para estar ao lado de outros grandes corais foi a apresentação realizada em julho passado no 6º Festival Mundial de Coros, na cidade de Puebla, no México.

Com um repertório voltado mais para o popular do que para o clássico, o Habeas Cantus emocionou o público ao promover a cultura brasileira por meio da música. A recep-

ção com bandeirinhas do Brasil e os pedidos de autógrafos na descida do palco fizeram os coralistas perceberem o quanto a música brasileira é amada pelos outros povos.

Convidado para abrir a missa realizada na Catedral Metropolitana de Puebla, o Coral Habeas Cantus representou o país cantando Canção da América, de Milton Nascimento. Essa e outras músicas como Aquarela do Brasil, de Ari Barroso, e Carinhoso, de Píngüinha, foram incluídas no novo CD gravado em parceria com coralistas de outros países.

O Festival de Puebla não tem caráter competitivo. Participaram representantes do México, do Equador, dos Estados Unidos, da Colômbia, da Lituânia, da Polônia e da República Tcheca. Para o ainda adolescente Habeas Cantus - prestes a completar 15 anos em setembro -, é uma vitória representar o Brasil em um festival onde os corais participantes têm mais de 40 anos de existência, são mais preparados tecnicamente e recebem patrocínio.

Na avaliação da coordenadora Maria Ângela, ainda não existe no país uma cultura de canto coral como existe no exterior. Segundo ela, nos outros países até as pessoas sem condições financeiras pagam para assistir a apresentação de corais em igrejas. No Equador, os 12 mil alunos da universidade federal doam um dólar por ano, o que soma 12 mil dólares anuais para serem gastos pelo co-

ral da universidade.

QUALIDADE DE VIDA - Mas se falta apoio financeiro, por outro lado sobra amor para manter o grupo de canto coral unido. "Costumo falar que somos um coral formado por amadores. Amadores porque não somos profissionais, porque amamos a música e porque amamos estar juntos", diz Maria Ângela, que canta há 12 anos.

Tanto ela como seus colegas buscam no coral objetivos comuns: humanizar o ambiente de trabalho, motivação, fazer amizades, desinibir-se e aprender música. Para o grupo, cantar significa principalmente qualidade de vida e interação social.

O servidor do Superior Tribunal Militar (STM), Gilberto Moura de Castro, sempre gostou de cantar e tocar violão entre amigos. Há três meses integra o Habeas Cantus e já percebe os benefícios de participar do grupo. "Além da possibilidade de desenvolver uma técnica vocal, vi que o canto é uma oportunidade saudável de interação, envolve terapia e é um aprendizado único", diz Gilberto.

Para participar do coral são fundamentais assiduidade, disciplina, pontualidade e vontade de aprender. Saber cantar é o requisito menos importante, pois uma vez no grupo, o coralista aprenderá a técnica, diz a coordenadora Maria Ângela. Tanta dedicação já levou o Ha-



Apresentação na Catedral Metropolitana de Puebla

beas Cantus a participar de festivais também na Argentina e no Chile. No Brasil, o Coral fez apresentações nos estados do Maranhão, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, além do Distrito Federal.

É com a escolha do repertório - que varia de música sacra e clássica a popular e folclórica -, que o Habeas Cantus divulga a cultura do país e de sua capital, agradando às mais diversas plateias. O repertório inclui compositores eruditos como Vila Lobos, arranjos de cantigas de roda, canções do folclore há muito esquecidas e músicas in-

dígenas. No lugar do Hino Nacional, o menos conhecido Hino de Brasília foi levado ao Festival de Puebla pelo Coral, como homenagem à cidade de origem do grupo.

Instrumentos e danças do folclore nacional como o berimbau e a capoeira são mostrados durante as apresentações. Por meio da voz, da distribuição de folhetos e de cartazes, o Habeas Cantus tem divulgado a capital federal, o Brasil e o Poder Judiciário em território nacional e internacional, beneficiando inclusive o turismo interno.

Música brasileira mais conhecida no exterior, a canção

Garota de Ipanema, de Vinicius de Moraes e Tom Jobim, é um pedido certo durante as apresentações do grupo, que vai ensaiar para incluir a música na próxima viagem.

RESPONSABILIDADE SOCIAL - Mas nem só de concertos e festivais vive o Coral Habeas Cantus, que também realiza trabalhos humanitários, apresentando-se voluntariamente em creches, asilos e hospitais, principalmente no fim do ano, quando fazem concertos natalinos. "É muito gratificante ver as pessoas emo-

cionadas. Ampliamos o nosso universo quando olhamos o próximo, doamos um pouco do que aprendemos e recebemos o carinho das pessoas. Isso só o coral nos dá", relata o servidor público da Marinha, Carlos Henrique de Souza Ferreira, que participa do grupo há dois anos.

Para os integrantes do Habeas Cantus os benefícios também são visíveis. Segundo Carlos Henrique, o canto coral fortalece pulmões e outros órgãos do corpo, melhorando a respiração. Os exercícios de vocalização, relaxamento e respiração, realizados durante os ensaios, produzem um efeito terapêutico que inclui diminuição da ansiedade e depressão, e o fortalecimento da auto-estima e da autoconfiança. O resultado é o aumento do ciclo de amizades e a melhoria do ambiente de trabalho.

A próxima apresentação do Coral Habeas Cantus será durante o Festival da Federação de Corais de Brasília (Fecobra), nos dias 2 e 3 de setembro.

O grupo também se apresentará na abertura da exposição comemorativa pelos 15 anos do Coral, que será realizada durante a Semana do Servidor Público, de 25 a 30 de outubro. A exposição mostrará um pouco da história do Habeas Cantus por meio de fotos de festivais, viagens e apresentações, e outros materiais, como CDs gravados. ■

SERVIÇO

As inscrições para novos integrantes sindicalizados estão abertas até o dia 15 de setembro pelo e-mail: atendimento@sindjusdf.org.br. Os ensaios são realizados nas noites de terças e quintas-feiras, no TRF.

A Polícia Federal passou dos limites?

Em julho a mídia divulgou a ação da Polícia Federal em uma grande operação para prender uma empresária de uma loja famosa por vender peças de grifes caríssimas. Ela, Eliana Tranchesi, proprietária da Daslu, foi detida numa megaoperação, realizada em São Paulo. Eliana foi acusada de sonegação fiscal, contrabando, subfaturamento na importação de mercadorias e formação de quadrilha. A empresária chegou a ser detida na sede da Superintendência da PF na capital paulista. Segundo o Ministério Público Federal, as investigações sobre supostos crimes cometidos pela Daslu duraram cerca de 10 meses. O fato de envolver uma pessoa conhecida entre a elite, causou uma certa revolta entre outros da alta sociedade, que consideraram a ação exagerada.

De acordo com a PF, as mercadorias estrangeiras compradas pela Daslu seriam subfaturadas por empresas importadoras, que depois

substituiriam as faturas comerciais verdadeiras por outras, com preços inferiores. O Ministério Público suspeita que essas pessoas jurídicas teriam sido constituídas apenas para camuflar a irregularidade.

Dois semanas antes, no dia 30 de junho, também em São Paulo, a Polícia Federal invadiu três escritórios de advocacia. O advogado Newton Oliveira Neves e mais cinco colegas foram presos em suas casas. De acordo com informações da PF, os alvos da operação são pessoas e escritórios de advocacia ligados a um esquema de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e sonegação fiscal.

A Polícia Federal e o Ministério Público garantem que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi informada da operação e convidada a mandar um representante para acompanhar as ações nos escritórios de advocacia.

O Sindjus ouviu os servidores para saber a opinião deles sobre as ações da Polícia Federal, se consideravam exagero ou não.

A Polícia Federal estaria cometendo exageros, ou exagerada tem sido a reação de advogados e empresários diante das ações de busca e apreensão dirigidas a classes ricas?



"Achei a força desproporcional, já que os policiais entraram fortemente armados, com cães para prender uma mulher dentro de uma loja, mas acho que por ser uma pessoa que tem uma posição de destaque provocou uma reação maior na sociedade. Acredito que a Procuradoria e a Polícia Federal fizeram o que era correto. Só acho que a ação em si foi exagerada, uma ação cinematográfica até".

Tiago Ribolli, analista processual da Procuradoria-Geral da República



"Não acredito que tenha sido uma manobra política como andei lendo por aí. E não acho que a Polícia Federal se excedeu. Acho também que não estamos acostumados a esse tipo de operação e que a Polícia Federal tem intensificado bastante suas ações no governo Lula. Talvez as pessoas estejam estranhando isso. Aconteceu o mesmo com a Schincariol e ninguém reclamou, agora que a PF está invadindo também os escritórios de advocacia a OAB reclamou. Cada um defende o seu".

Fábio Carvalho, analista de engenharia civil da Procuradoria-Geral da República



"Acho que a pressão da Polícia Federal está sendo exagerada. Recebi alguns e-mails sobre esse assunto e acredito que a polícia está realmente indo de encontro à elite. A PF quer chamar a atenção para a elite, pois está pegando muito peixe grande. A intenção é desviar o foco dos problemas do governo".

José Adilson Nascimento Rodrigues, técnico em transporte da PGE (que funciona no TSE)



"Acho que se a elite não está cumprindo seu papel, tem que agir mesmo, seja com a dona da Daslu, seja com qualquer outro empresário. A ação foi correta, a Polícia Federal está certa. Se existe sonegação de imposto, se a elite está se beneficiando de uma infração, a lei deve ser cumprida".

Maria Valéria Moura, técnica judiciária do STM



"Acredito que a Polícia Federal, ao prender uma empresária importante como essa, está apenas cumprindo seu papel constitucional. Todos têm que pagar impostos. Só os pobres e a classe média pagam impostos? Não achei que eles exageraram na ação. É bom para dar o exemplo de que a Polícia Federal está atuando e de que o governo não poupa ninguém".

Milton Lopes dos Santos, analista judiciário do STM



"Todos têm que pagar impostos. Também se justifica o fato da Polícia Federal fazer uma ação numa loja desse porte para sair na mídia. Claro que o nome de uma loja como a Daslu chama a atenção. Têm muitas roubando por aí, talvez pessoas que não têm tanta projeção, mas que estejam roubando até mais e não estão sendo presas. Acho que no caso da Daslu houve o 'efeito' demonstração".

Sônia Martins, analista judiciária do TRF



"Essa operação não foi feita só pela Polícia Federal, envolveu também o Ministério Público Federal. Então tudo foi feito com uma autorização judicial, toda operação de busca e apreensão tem que ter autorização. O Executivo não teria como manipular, portanto não houve manipulação na minha opinião. Antes da operação já havia uma investigação há muito tempo".

José Domingos, assistente processual III do TRF



"Acho que a Polícia Federal foi correta ao prender a dona da Daslu. A polícia usou a figura de uma pessoa proeminente para dar exemplo. Acredito ainda que não haja ligação entre a operação e a tentativa de desviar o foco da mídia da atual crise no governo. O Ministério da Justiça vem agindo para coibir tanto a evasão fiscal como a corrupção nos órgãos públicos".

Joselene Araújo, oficial de gabinete do TRF



"Achei exagerada a ação da Polícia Federal, principalmente pelo fato de ter invadido os escritórios dos advogados. Também achei exagerado o comportamento da PF quando houve a prisão de um político ligado à cúpula da Igreja Universal. Os policiais apreenderam dinheiro nacional, legal, como se o cidadão tivesse cometido um crime. Vejo nas ações da PF muita tendência política, você não vê a PF mais prendendo traficante. Ela só faz isso com político".

Alessandro Nogueira, técnico de informática do MPDFT



"Não sei dizer se houve exagero, porque não vi a ação da prisão em si. Porém, acho que a ação da Polícia Federal foi política no caso da prisão da dona da Daslu e do presidente da Schincariol. Por que só foram acontecer agora, quando apareceram essas denúncias contra o governo? Será pura coincidência? Por que só agora?".

Evilásio Veloso, técnico administrativo do MPDFT



"Para mim, estas ações são um procedimento de transparência, mostram que a Polícia Federal está agindo. Assim, a PF demonstra que não se prende só pobres, mas também pessoas de destaque na sociedade. Ela prende tanto ladrão pobre quanto ladrão rico. E não acho que seja uma forma de desviar a atenção das ações do governo neste momento de crise."

Willy Houffe Neto, agente de segurança da Justiça Federal



"Acho que a Polícia Federal tem aproveitado as oportunidades para mostrar trabalho. A PF tem agido com apoio, menos interferência, sem ingerência indevida. Ela tem obtido resultados que são mostrados à sociedade. Acredito que aproveitaram um momento, resultado de uma atividade real, para mostrar que estão agindo, mas não há manobra".

João Almeida de Barros Lima Filho, técnico judiciário da 16ª Vara Federal



A mulher da balança

Quem seria a mulher vendada que, segurando uma balança e uma espada, representa a Justiça? Há controvérsias. Alguns acham que a construção dessa figura foi baseada na deusa grega Thêmis, filha de Urano e de Géia e irmã das Titânides. Conselheira de Zeus no Olimpo, inventou os oráculos, os ritos e as leis, e era guardiã dos juramentos dos homens. Outros, no entanto, consideram que o modelo foi tirado de Astréia, filha de Thêmis e Zeus, irmã do Pudor, que espalhava entre os homens os sentimentos de justiça e de virtude até ser transformada pelo pai na constelação de Virgem, vizinha da constelação de Libra, essa formada pela balança que Astréia segurava. Frequentemente, Astréia é confundida com Diké (Justiça, em grego), outra filha de Thêmis e Zeus, da mesma geração de Irene (Paz) e Eumônia (Disciplina).

A venda

O tapa-olho da Justiça é criação mais recente, de artistas alemães do século 15. Na origem, não tinha o sentido atual de imparcialidade, antes sugerindo que os tribunais eram cegos ao abuso, à crueldade e à injustiça impostos em nome da Justiça. Durante muito tempo, o adereço foi usado por críticos e humoristas para ressaltar os defeitos dos juizes. Só no século 18, com os movimentos que exigiam um Judiciário mais independente, adquiriu a conotação positiva de hoje em dia.

Na interpretação do jurista alemão Rudolf von Ihering, "a Justiça tem numa das mãos a balança em que pesa o Direito, e na outra a espada de que se serve para defendê-lo. A espada sem a balança é a força bruta, a balança sem a espada é a impotência do Direito".

Excesso inquisitorial

Em entrevista ao Observatório da Imprensa na TV, no dia 26 de julho, o professor Dalmo Dallari criticou a espetacularização da CPI dos Correios, que a desvia de seus objetivos. Dallari disse que há na CPI um "excesso inquisitorial", que "alguns dos membros da CPI não escondem que são partidários, que são parciais" e que "são verdadeiros inquisidores", que "foram lá para agredir e às vezes agredir grosseiramente quem está depondo". Segundo Dallari, "há uma compreensão incorreta em relação ao que seja uma CPI e seus objetivos. Talvez até a imprensa tenha uma certa responsabilidade nisso quando usa a expressão 'a CPI termina em pizza'. Quer dizer, a idéia é essa, a CPI tem que terminar com a prisão de alguém - e não é isso. A CPI é uma comissão de inquérito, e como diz a própria Constituição, inquérito sobre fato determinado, sobre um fato isolado ou um conjunto de fatos". Para o jurista, "a CPI deveria procurar mais objetividade, e o que nós estamos vendo é a CPI como um jogo de acusações e de defesas, de exibicionismo, mas presa sempre a pessoas.

Eu acho que essa é uma distorção e daí aquele temor da prisão que levou inclusive a pedidos de habeas-corpus". Por fim: "... Em uma CPI não há réu, em uma CPI não há acusado, todos os que comparecem lá são testemunhas que vão depor para a apuração dos fatos".





O preço dos políticos

Ponto de vista publicado pela Oficina de Informações no dia 28 de julho, sobre o relaxamento das regras do Banco Central para a remessa de recursos para o Exterior, analisou o poder da corrupção que costuma acompanhar o processo. Dois cálculos indicativos dos valores envolvidos nessa corrupção foram feitos pela CPI do Banestado, realizada entre meados de 2003 e o final de 2004, e, agora, pela CPI dos Correios. No primeiro caso, baseada na quebra de sigilo bancário das contas CC5, a Receita Federal calculou e iniciou a cobrança de R\$ 224 bilhões de créditos tributários. No segundo, o volume de dinheiro que o publicitário Marcos Valério teria repassado para o PT nacional e para o PSDB mineiro chega à casa dos R\$ 90 milhões.

Resumindo a história, a Oficina comentou: "A nova abertura da economia brasileira gerou uma gigantesca sonegação de impostos; parte do dinheiro que seria sonegado e não foi, foi internado no País para pagar políticos; e a fração de dinheiro que foi para esse processo de corrupção da política brasileira é mínima, comparada com a que se desvia. Mesmo que se dobre a quantia que teria sido recebida pelos parlamentares, o dinheiro da corrupção política está na casa de um milésimo do desvio de divisas. Ou ainda, para concluir: custa muito pouco para os ricos que participam do mercado financeiro global corromper o processo político brasileiro.

Manifesto dos economistas

Economistas de todo o país lançaram em julho manifesto em favor de uma nova política econômica, com redução dos juros e crescimento. O documento defende a redução dos juros anuais dos 19,75% para os índices praticados nos Estados Unidos (2,5%), e o controle das taxas de juros praticadas pelos bancos, que chegam a mais de 100% ao ano; a mudança da lógica do superávit primário e destinação dos R\$ 80 bilhões não previstos arrecadados para políticas sociais; o aumento do valor do salário mínimo e das aposentadorias para R\$ 454,00 este ano e R\$ 566,00 em 2006; o bloqueio da proposta de autonomia do Banco Central; a auditoria da dívida externa; a mudança das regras de reajuste de tarifas de serviços públicos como energia, água, telecomunicações e transporte público, fatores que pressionam o crescimento da inflação; e a proteção da riqueza nacional, com a criação de mecanismos de controle de remessa de capitais para o exterior e a paralisação das rodadas de leilões para exploração de áreas de petróleo.

Escravidão no Brasil - O Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendeu, no início de junho, liminar obtida pela fazenda Mutum e sua proprietária, a Pinesso Agropastoril Ltda, retirando-a da lista de empresas que praticam o trabalho escravo. Com isso, a empresa voltou a ficar impedida de contrair empréstimos no Banco do Brasil ou recursos dos fundos constitucionais de financiamento. Localizada em Dom Aquino, no Mato Grosso, a fazenda Mutum foi autuada em abril de 2002 por manter pelo menos 52 trabalhadores em regime semelhante ao escravo em suas plantações de algodão. A "lista suja" de empresas escravocratas, atualizada pelo Ministério do Trabalho em julho, tem 188 empregadores relacionados de Rondônia, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro.



Escravidão na França

A Corte Européia dos Direitos do Homem (CEDH) condenou a França, no dia 26 de julho, por ter deixado de reprimir com o devido rigor um caso de escravidão doméstica que envolveu uma jovem do Togo, entre 1994 e 1998. Siwa-Akofa Siliadin, chamada Henriette, tinha 15 anos quando foi trabalhar para um casal parisiense em troca da promessa de ser mandada para a escola e de ter regularizada a sua permanência no país. Trabalhava sete dias por semana, das 7h30 às 22h30, cuidando da casa e de quatro crianças, dormia sobre um colchão jogada no chão, e não recebia qualquer salário. Levado à Justiça, o casal foi inicialmente condenado a cinco meses de reclusão, com base num artigo do código penal francês que reprime a imposição de "condições de trabalho e abrigo incompatíveis com a dignidade humana". Na apelação, conseguiu o relaxamento da pena, tendo ficado apenas com a multa de 15.245 euros. Examinando o caso, a CEDH condenou o governo francês por não ter agido com mais firmeza, cumprindo a obrigação dos Estados europeus de reprimir a escravidão e a servidão. Cerca de 300 casos semelhantes são denunciados todos os anos na França mas, devido à reticência das vítimas, apenas 30 são levados aos tribunais. ■

PARTICIPE DA NOVA AÇÃO DA JUSTIÇA: O PROCESSO CRIATIVO

PROCESSO
TRABALHISTA

PROCESSO
ELEITORAL

PROCESSO PENAL

PROCESSO CIVIL

VEM AÍ O 1º PRÊMIO NOVAS IDÉIAS PARA A JUSTIÇA.
Se você quer uma justiça mais democrática e moderna, inscreva sua monografia,
projeto ou proposta. São R\$ 95.000 em prêmios divididos em duas categorias:
servidores e livre, com 03 vencedores em cada. Não deixe de participar.
Inscrições até 30/09 • Informações: www.sindjusdf.org.br

REALIZAÇÃO



STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1º PRÊMIO
NOVAS IDÉIAS
PARA A JUSTIÇA